## 2 A origem do conceito moderno de Opinião publica

### *2.1 A sociedade civil e o surgimento do mundo moderno*

A origem do mondo moderno está ligada a uma ruptura. À passagem de um mundo arcaico e repetitivo para um mundo dinâmico e inovador.
Tal ruptura envolve um conjunto de mudança e de transformações distintas que acabam atingindo a esfera econômica, a organização social e as relações políticas das sociedades do norte da Europa do final do século XVIII e do começo do XIX século.
A organização social do mundo feudal era subdividida em três instituições, a família, o estado e a igreja e a organização econômica era quase exclusivamente baseada na produção agrícola, isto e´, num sistema econômico fechado em volta de um ciclo econômico de produção /distribuição/consumo, restrito ao âmbito familiar.
Mais que uma sociedade subdividida em classes a sociedade feudal era subdivididas em dois mundos distantes, embora interdependentes: de um lado a casta militar-aristocratica, composta pela nobildade e pelo clero; do outro lado estava os produtores, as castas inferiores que através do seu trabalho sustentava os grupos improdutivos e a sociedade inteira.
Duas castas, as cujas relações estavam regulamentadas pela propriedade da terra e pro um sistema normativo feito de regras, comportamentos e valores absolutos. A tradição e um tipo de conhecimento abstrato, baseados numa indagação de valores metafísicos, constituíam os pressupostos de uma sociedade rigidamente gerarchica e sem transformação.
Nesta o individuo nascia o que se tornava, aprisionado por uma economia agrícola, baseada na produção de valores de uso, por uma política e direitos baseados no principio de autoridade, delimitado por uma fede e por um saber baseado na transcendência e por uma tríplice ordem social que contemplava as castas militares, o clero com a nobreza e os grupos produtivos sem direitos e autonomia de julgamento.
Os precursores do processo de emancipação da sociedade do principio de autoridade, baseado no controle do conhecimento atuado pela igreja, devem ser encontrados não somente no pensamento inovador de alguns autores, mas, sobretudo na introdução de novos meios e de maquinas que permitiram,como visto, as *multiplicações de pontos de vistas*.
O telescópio de Galileu e a maquina pela impressão, que imprimia rapidamente paginas e livros, difundindo conhecimento e opiniões sobre as

sagradas escrituras (Lutero) e sobre o mundo, determinam, como visto, o surgimento de opiniões outras, leigas e inovadoras.
Mas sem duvida é este uma época na qual se fundamenta uma outra pratica de conhecimento e um outro significado do saber, que irá a criar os princípios da ciência moderna e a minar o principio e o conhecimento autoritário.
O surgimento de uma lógica razionalistico-experimental modifica a maneira de se por na frente da realidade substituindo á racionalidade transcendental com o principio da observação da realidade com os olhos da razão.
O elemento caraterizante a idade tardo renascimental é a maturação da consciência que a estrutura do intelecto possui em se a possibilidade de descobrir as lei do universo.
Assim F. Bacon estabelecerá a ligação entre pensamento e realidade, através do método cientifico e Descarte ponerá o principio supremo do julgamento na consciência elevando a duvida e a postura critica a categoria do pensamento.
A nível econômico a ruptura do mundo antigo e o surgimento da sociedade moderna se da através da ação de uma figura inovadora: o mercador.
Como os sofistas o mercador é um "apolita", um sujeito fora da ordem da sua época. A sua atividade, de fato, o leva a viajar de uma cidade e de um feudo para outra para vender a mercadoria. Ao seu aparecer, se abrem os portões, são levantados pontes, as pessoas se juntam nas praças. Mas a diferença do teatrantes "girovagos" ou dos circenses, o espetáculo do mercador é um espetáculo material, a ser exibida é a mercadoria e os distintos produtos por ele exposto e vendido.
A mover as peregrinações do mercador estão os números, isto é, um cálculo matemático, alma e finalidade de todos os comércios.
Será este calculo racional o se constituir como baseamento de uma nova razão calculista e de um novo tipo de socialização que se constituem a partir da mediação da moeda.
Este sujeito é um ser social novo, vive fora da tríplice divisão entre milites, oratores, milites e productores, e passa a ganhar o próprio sustento numa forma inovadora, sem duvida na época considerada anárquica.
Este sujeito inovador rompendo a tríplice ordem passa a ser artífice do próprio destino, criador da própria sorte e livre, portanto, do destino socialmente imposto. Quebrando a ordem gerarquica e as máximas instituições do sistema passam a criar uma nova relação entre individuo e sociedade, constituindo-se como um elemento inovador no meio de um mundo estático e repetitivo.
O destino social do mercador não é herdado, nem natural, mas produzido por ele através das operações matemáticas ligadas aos atos de compra e venda através um principio de razão e a forma simbólica do dinheiro. Ele passa assim a substituir ao sistema baseado na renda fundiária, um sistema

totalmente abstrato, baseado no valor de troca, no dinheiro e na propriedade privada.
A existência de tal nova organização lhe permite de contrapor ao principio de autoridade o principio de razão que o legitima como singulo e como sujeito de direito. Estes novos sujeito históricos surgem entre os resíduos das populações bárbaras, excluídos que andam, grupos de desraigados que serão os criadores da nova classe burguesa.
Os agentes das trocas, por motivos logísticos, insidiavam-se nos subúrbios "borgos" daqui o nome de burgueses.
Criam-se assim uma economia nova na qual o mercado torna-se não mais o meio, mas o fim das relações sociais e a nova figura social do mercador o mediador de tal nova forma de riqueza.
O extraordinário desenvolvimento dos tráficos transoceânicos passou a reforçar ulteriormente o poder da burguesia. Desde o Brasil as Antilas, desde os portos da Índia a da China, os navios ingleses, holandesas, franceses, levaram nos portos europeus não somente especiarias, mas matérias primam que propiciaram processos de produções e de trabalhos que marcarão o surgimento do novo modo de produção capitalista. Que se desenvolverá antes na Inglaterra e em seguida na Alemanha, na Francia e no Estados Unidos na primeira metade do século XIX.
Surge assim uma nova ética social baseada no trabalho que se tornará o meio através do qual construir a própria emancipação e a própria identidade social, instrumento de auto afirmação, deixa de ser a triste condição dos cetos inferiores.
A nova classe emergente é portadora de um novo estilo de vida, de novos valores e de uma nova época marcada pelo progresso e pela liberdade.
A figura do mercador, sujeito livre e autônomo, é portadoras também de um novo tipo de relações, não mais geradas pela proximidade geográfica, ou pelo parentesco, mas baseada na condivisão dos mesmos interesses e do mesmo destino. Uma comunidade de indivíduos com os mesmos interesses que valorizam as trocas e o dinamismo social capaz de determinar o processo produtivo e de produzir relações e rendas novas.
Em quanto produtor de propriedade e riqueza geradas socialmente o novo sujeito é também portador de interesses particulares e, portanto, de direitos, elementos estes que compõe um novo tipo de relações sociais, distintas daquelas do mundo antigo e o surgimento de uma esfera publica qualitativamente inovadora.
Será tal nova força social a organizar uma nova forma social que irá a substituir o principio de autoridade do estado e da Igreja com uma forma de

organização social baseada num contrato expressão do conflito e do temporário acordo entre as distintas classes sociais.
A sociedade moderna é filha de tal ruptura que passa a separar para sempre a autoridade do carisma, as leis da justiça, o estado da sociedade civil.
Surgirá assim um tipo de sociedade não mais baseado em leis divinas e meta-historicas, mas auto-reguladas por meios da conflitualidade social e dos interesses contrapostos das distintas classes. Deixando de ser o resultado de uma ordem natural a sociedade se torna o resultado de atividades humanas, expressão de interesses econômicos contraditórios, regulamentada por leis produzidas para defender interesses particulares, não mais expressões da justiça universal, mas dos limitados interesses particulares de uma classe e de um grupo especifico.
Será tal limitação e este elemento de parte, expressão de uma imperfeição implícita a garantir o aspecto dinâmico e inacabado da nova organização social. Uma vez que os fazedores das leis são os sujeitos históricos, defensores dos seus interesses particulares, a sociedade deixará para sempre de ser a expressão de uma ordem universal e natural, inquestionáveis, para se tornar algo imperfeito, necesitante de reformas e mudanças.
A época das revoluções tinha começado e com ela o dinamismo social da modernidade.

*2.2 O surgimento de um novo tipo de esfera publica*

Para Habermas a esfera publica burguesa é concebida como a esfera dos privados reunidos contra o publico.
Sem duvida o século XVIII é o século das cartas, o século do romance burguês, isto é, o século do conto pscicologico em forma autobiográfica. E' também o século da difusão do habito da leitura e, portanto da criação de um novo tipo de subjetividade, introspectiva e silenciosa, que ao mesmo tempo que constituem-se em privado, na leitura e no recolhimento, adverte a necessidade de momentos e espaços públicos, lugares de encontros e de discussão, publico e sem censura. Não é um acaso que será justamente nesta epoca que as casas passaram a adquirir um novo espaço o "living", um epsaço publico no espaço privado domestico, onde receber e intrater os ospides.
A esfera pública e o conjunto de relações sócias nesta epoca passam a ter uma nova configuração em quanto resultado de uma nova subjetividade criadas a partir da leitura e portanto de um dinâmico processo de auto-formação que pela primeira vez inclui também o sexo feminino.
A leitura, resultado da tecnologia da impressão, terá um papel determinante na criação das novas subjetividades e das transformações das rígidas estruturas

sociais. Uma prova de tal processo e a difusão do habito da leitura do romanze por um amplo publico e a criação de um especifico gênero literário cujo primeiro exemplo é próprio uma obra que tem como protagonista uma mulher e como titulo o seu nome. *Pámela* de Richardson conta o cotidiano de uma mulher através das suas cartas. Alem de um novo gênero literário surge uma nova relação entre obra, publico e autor. Uma espécie de reality show onde através de uma ação de transfert os leitores e, sobretudo as leitoras passaram a assumi uma subjetividade externa, assumindo a fiction como parte do próprio cotidiano.

Dois anos depois da saída do livro abre-se na Inglaterra a primeira livraria publica e em poucos anos círculos literários e livrarias apareciam por todas partes. A partir de 1750 duplicam-se a venda de jornais e de semanais e em poucos anos a leitura torna-se um habito comum entre a classe burguês.

O surgimento de uma nova esfera publica está ligado a um contexto propicio que se da em forma particular em dois paises, na Inglaterra e na França entre os séculos XVII e XVIII.

Na Inglaterra três antecedentes permitem a instauração de um novo sistema social econômico e político: em primeiro lugar em 1694 a fundação do Banco da Inglaterra que é expressão e artífice, ao mesmo tempo, de uma consolidação do sistema econômico baseado no comercio. Um segundo importante elemento no mesmo período foi a abolição da censura e, enfim a instituição do primeiro governo com gabinete, instituído pelo mesmo rei e primeiro passo em direção do parlamentarismo.

### *2.3 O desenvolvimento do conceito de opinião publica*

Embora existam precedentes ilustres, Shakespare que no Enrico IV Poe na boca do rei a critica ao filho Enrico V culpado de se contornar de péssimas companhias e de levar uma vida boemia que poderia causar as criticas da opinião publica, e em Maquiavel que adverte o príncipe da importância do juízo do povo e da necessidade de manter uma imagem positiva perante a ele, será somente na Inglaterra e sucessivamente na Franca que o termo opinião publica aparecerá como conceito político.

O primeiro exemplo é o discurso de Fox para os "comuni" (prefeitruas) numa época em que os partidos começavam a se constituir e a ter uma base organizativa fora do parlamento, através de *public meetings e political associations*. Será exatamente em 1792, isto é, três anos depois da revolução que através de uma intervenção em parlamento será reconhecida e legitimada publicamente a função critica do publico:

*"E´ com certeza coisa sabia e justa consultar a opinião publica. Se por um acaso a opinião publica tivesse em desacordo com a minha opinião, se depois de ter apontado o perigo essa não o visse da mesma forma como eu o vejo, ou se considerasse que outros remédios fossem melhores dos meus, considerarei meu dever perante ao Rei e ao meu pais e da minha honra me demitir para que esta posa seguir os caminhos que achar melhores com os isntrumentos mais idôneos".*

(Discurso de Fox p. 84 – Habermas, "Historia e critica da Opinião Publica")

Na Londres do final do século XVIII cinco amigos se juntavam no final da tarde para discutir sobre as transformações em ato na sociedade. O lugar dos encontros era a casa de John Locke, o resultado destas discussões, serviram para a realização de um livro de ensaios sobre o intelecto humano.

Neste Locke distingue três tipos de lei: a lei divina, a lei civil e a lei de opinião. Se a primeira respondia ás normas divina e a segunda aquelas jurídicas do convívio social a terceira remetia á reputação, ás normas da moda e do juizo particular dos demais, uma vez que "*ningueim poderia agüentar o desprezo e a não consideração dos seus pares*".

Existia nesta consideração a avaliação implícita segundo a qual os indivíduos para medo do isolamento tornariam-se conformistas.

Se em relação á lei divina refere-se aos conceitos de "dever" e de "pecado" e naquela civil ao "legal" e ao "ilegal", em relação á lei de opinião aproximaria-se dos conceitos de "qualidades" e "defeitos", isto e´, de "vizios" e "virtudes".

Hume e Madison

J.J. Rousseau

Imagem do vendedor de livros ... simbolo d a união entre i mercador e leitura

*Multidão, Massa e Publico: a sociedade dos grandes numeros*

O emergir de uma esfera publica criticamente racional esta relacionada, segundo Habermas ao surgimento do capitalismo e da supremacia da burguesia europea.

O advento da nova classe esta ligado também, como visto, ao surgimento, entre os séculos XVII e XVIII, de um conjunto de espaços de socialização novos como os cafés (coffehouses) da Inglaterra, que alcançaram no séc. XVIII um numero maior aos 2.000, ou os salons de Paris e as sociedades conviviais da Alemanha. Estes lugares de reuniões nos quais circulavam os debates sobre arte, a literatura e os assuntos dos jornais foram os espaços nos quais se difundiu o valor da argumentação e da opinião como elemento antitético àquele do titulo.

Aos poucos com o desenvolvimento de uma esfera publica burguesa a opinião publica se tornou uma nova forma de autoridade política, criando uma nova cultura onde os argumentos eram transparentes e defendiam os interesses coletivos.

Com o consolidamento da sociedade de massa os estudos sobre o publico e as suas manifestações passaram a ganhar espaço e importância.

Se numa primeira fase encontramos, como visto, uma concepção de opinião publica como algo que é o resultado da suma das singulas opiniões individuais, com o incremento do processo de massificação, o interesse passa a se deslocar na direção de considerar a opinião como um fenômeno coletivo e supraindividual.

Os autores do começo do século passado em Europa como na América estavam fascinados pelos estudos das imponentes manifestações e dos comportamentos coletivos típicos da época.

As analises miravam também o papel dos novos meios de comunicação de massa que pareciam ter um importante papel em dirigir e a determinar "as psicologias das massas".

A opinião publica nesta época esta relacionada sobretudo com os comportamentos coletivos e se concentram no explicar a natureza sociológica do publico.

Este tipo de analise, comum em autores como Park, Blumer, Davison, é baseada Ana idéia que a opinião publica é parte de um processo maior que envolve a sociedade e as dinâmicas de adaptação dos indivíduos, dos grupos, das classes e das multidões.

Uma primeira grande contribuição foi fornecida por Gustave Le Bom (1841-1931) na sua celebre obra *"A psicologia das multidões"* na qual buscava por o embasamento de uma cencia da psicologia da multidão. Na sua analise Le Bon

observava como uma das características das novas sociedades européias estava na sua organização em classes e conseqüentemente na sua estrutural potencialidade conflitiva. A multidão era o instrumento, no seu entender, através do qual as classes buscavam impor as próprias revendicações políticas.
A lei sobra a "unidade mental das multidões" era baseada em três causas: em primeiro lugar no *anonimato*, que fazia com que o individuo perdesse as inibições e os medos próprios da sua condição como sujeito, em segundo lugar na *contaminação*, isto é, naquele processo que fazia com que as ações se difundissem rapidamente através de um processo espontâneo de imitação e de contagio; em fim, a terceira e mais importante causa estva na constatação do desaparecimento da "personalidade consciente" pelo influxo e pela persuasão inconcia da fola sobre o individuo. E´ este estado ipnotico coletivo que permite á fola a multidão de agir em conjunto com efeitos devastadores.
Com o incremento dos estudos o estudo da multidão passou a se interessar também pelos fenômenos da moda e dos movimentos sociais.
Difusa foi a consideração segundo a qual os diversos tipos de comportamentos coletivos, incluindo os fenômenos ligados as multidões, poderiam constituir o principio e o fundamento da formação da opinião publica.
Em outras interpretações a multidão era considerada mais um contra conceito para a definição do *publico*.
Park R. E, considerou a multidão e o publico fundamentalmente parecidos em quantos ambos eram de se considerar como expressões da formas de adaptação e da mudanças do social. Multidão e publico podiam constituir cominhos iniciais para a criação de entidade sociais novas. Segundo Park tanto a multidão, como o público seriam ambos dominados por uma força coletiva, ou por uma vontade geral, mas de uma natureza ainda não tal de poder alcançar o nível de uma norma social. Nenhum dos dois conceitos, portanto, pode ser considerado como uma sociedade, isto é, reguladas por um conjunto de regras e de subdivisões.
Mas de outro lado, embora os dois conceitos exprimem realidades não formalmente organizadas, é possível reconhecer algumas claras diferenciações.
Em primeiro lugar segundo Park, se a multidão é marcada pela experiência emotiva, o publico esta mais relacionado com a experiência racional e com a pratica opositiva. A multidão se desenvolve em volta de emoções compartilhadas por um conjunto de indivíduos num determinado lugar e num preciso momento. Ao contrario o publico surge e organiza-se em resposta a um problema. Se para ingressar numa multidão é preciso somente identificar-se com esta e "sentir" juntos, ao contrario, se juntar a um publico implica "pensar com", compartilhar e escolher em conjunto.

O publico pode até ser guiado no começo por um impulso emotivo mas quando o publico deixa de ser critico, dissolve-se e torna-se multidão.
O conceito de Publico encontrou, provavelmente, a sua analise mais completa em Blumer H. que ampliou o precedentes estudos do Parker. Nele o conceito de publico é utilizado para se referir a um grupo de pessoas que (a) confrontam-se com um problema (b) que possue concepções distintas sobre como enfretarlo (c) que empenha-se a discutir o problema.
Desacordo e discussão respeito a um determinado problema geram o publico.
Como a multidão também o publico não possui as características própria de uma sociedade e os seus membros não tem papeis fixos.
Para Blumer argumentações e contra argumentações são oso meios através dos quais toma forma a opinião publica. Para que isso possa acontecer é necessário uma linguagem comum de vocábulos e um universo lingüístico comun.
Segundo Lippmann W. o publico é costituido de um lado poro grupos de interesses, que possuem uma preocupação imediada pela forma através da qual será resolvido o problema e que participam ativamente no perseguir o próprio objetivo, e de outro lado por uma parte do grupo mais desinteressado, quase espectador. Será o alinhamento final destes ultimos membros menos interessados a determinar no final quais dos pontos de vista em competição será a prevalecer.
Como Park também Blumer observava que em condição de difusa excitação coletiva o publico poderia se transformar em multidão produzindo de tal forma "sentimentos coletivos" em lugar de opinião publica. Mas na época moderna ele considerava que o perigo do publico se tornar multidão era menos real daquele de se tornar massa.
Esta era composta por indivíduos anônimos e caracterizava-se por uma quase ausência de comunicação e de interação entre os seus membros. Extremamente heterogênea, comprendia membros das mais diversas classes sociais e apresentava-se como um conjunto geograficamente disperso. Com um nível de organização ainda menos estruturado daquele do publico ou da multidão, os seus membros resultavam incapazes de agir em conjunto.
O que liga junto a massa não é nem a emoção, como na multidão, nem a opinião, como no publico, mas ao contrario um espaço comum de atenção que leva quem partecipa a um nível superior da própria experiência. A atenção condividida é a única ligação em comum entre os membros de uma massa.
A massa consiste semplismente em um conjunto de indivíduos, separados e enonimos que agem obedecendo a algum interesse particular.

Blumer citava, entre outros, os exemplos das massas movidas por algum evento nacional, como aquele ligada aos interesses por o processo de um asesinado veiculado pela inprensa., etc.
Blumer sublinheava também, como na época contemporânea o publico estava cada vez mais próximo da massa e isto era conseqüente dos efeitos do mass media que tinha acabado para puxar os indivíduos dos seus legames tradicionais puxando-os alem, determinando a escolha de opção individuais em detrimento daquelas publicas.
Da mesma opinião é W. Mills segundo o qual a época moderna era muito mais favorável ás massas que as opiniões por quatros fundamentais motivos:

a) os quem exprimem opiniões são muitos menos daqueles que as recebem: a comunidades dos públicos tornam-se de fato um conjunto abstrato de indivíduos que recebem impressões dos mass- media
b) as comunicações que prevalecem são organizadas de tal forma que é impossível pelo individuo criticar-la de maneira eficaz imediatamente
c) A passagem da opinião para a ação e controlada e organizada por autoridades que controlam os canais da ação
d) A massa não possui nenhuma autoridade respeito ás instituções

Conseqüentemente para Mills a verdadeira discussão publica na época moderna e na vida política é mínima.